

Estudo Técnico Preliminar 176/2024

1. Informações Básicas

Número do processo:

2. Descrição da necessidade

Descrição da Necessidade

- 2.1 Garantir a funcionalidade e segurança das edificações e de mobiliários, para os fins a que se destinam, executando todos os serviços e manutenções preventivas, preditivas e corretivas inerentes ao objeto licitatório.
- 2.2 Assim, a Presidência da República (PR) necessita manter em bom estado de conservação e funcionamento as instalações de suas edificações e de seus imóveis funcionais e residências oficiais que ocupa, garantindo adequado ambiente para seus ocupantes, em especial, e para que seu corpo técnico desempenhe, satisfatoriamente, suas atribuições, até porque é obrigação de todo servidor público zelar pelo patrimônio da União, conforme disposto na Lei 8.112/90.
- 2.3 Ademais, o envelhecimento natural de estruturas das edificações da Presidência da República, incluindo seus imóveis funcionais e residências oficiais, localizadas no Distrito Federal, e a necessidade de mantê-los fiéis as tais concepções arquitetônicas originais de diversas edificações, por serem essas diversas edificações tombadas pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), faz com que tenhamos, além do aumento por demandas por serviços de engenharia de manutenção (consertos, instalações, montagens, operações, conservações, reparações, adaptações, manutenimentos, ou ainda, até mesmo por demolições, quando possível, na medida do praticável), há a necessidade premente por observância dos critérios de preservação para manter as características originais de estruturas das edificações tombadas.
- 2.4 Registre-se que nos últimos anos, essa demanda por serviços de manutenção tem aumentado e já se projeta inúmeras ordens de serviços para os próximos exercícios, algo em torno de 13.000 (treze mil) pedidos de diversas naturezas, onde inclusive alguns dos serviços já não se mostram possíveis de serem atendidos por essas manutenções.
- 2.4.1. De tal modo, há que registrar-se também que tem-se envidado esforços para desenvolvimentos, manutenções, sustentação dos sistemas da instituição e que, nesse diapasão, tem-se lançado mão de contratação da prestação de serviços de empresas terceirizadas, pois não se trata de serviços públicos inerentes às políticas públicas e não estão esses serviços abrangidos as categorias funcionais de plano de cargos do órgão. Além do que, essa terceirização de serviços não coloca em risco o controle de processos e de conhecimentos para tomada de decisão ou posicionamento institucional do Governo, nas áreas de planejamento estratégicos, coordenação, supervisão e controle de políticas públicas.
- 2.5 Por fim, a instauração de novo procedimento licitatório se faz necessária devido ao encerramento da vigência do atual contrato n.º 32/2021, firmado entre a PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA - PR e a ELETRODATA ENGENHARIA LTDA, previsto para o dia 01/12/2024. Vale ressaltar que a impossibilidade de continuidade do referido contrato, por meio de prorrogação, se dá em respeito às legislações vigentes de licitações, sendo necessária, portanto, uma nova contratação do referido serviço, levando em consideração a não descontinuidade, devido a sua essencialidade.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Diretoria de Engenharia e Patrimônio - DIENP/SA/SE/CC/PR	Danielle de Sá Quirino Costa
Coordenação-Geral de Operações de Engenharia - COENGE /DIENP/SA/SE/CC/PR	Cristiano Elias Cardoso

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

Diretrizes e Orientações Gerais

4.1 Trata-se de serviço comum, a ser executado concomitantemente com as atividades da COENGE, e, portanto, continuado, a ser contratado mediante licitação, na modalidade pregão, em sua forma eletrônica.

4.2 Os serviços a serem contratados enquadram-se nos pressupostos do Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018, não se constituindo em quaisquer das atividades previstas no art. 3º do aludido decreto, cuja execução indireta é vedada.

4.3 Certidão de Registro expedida pelo Conselho Regional competente, comprovando o exercício da atividade relacionada com o objeto da licitação, na qual conste seu Responsável Técnico, devidamente qualificado na área de atuação (objeto);

4.4 Atestado de Capacidade Técnica, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, acompanhado da respectiva Certidão de Acervo Técnico, expedida pelo respectivo Conselho Regional, comprovando que o Responsável Técnico - Engenheiro, tenha prestado, a contento, serviços de manutenção relativas ao objeto, em edificações não residenciais;

4.5 Manutenção civil: Atestado de Capacidade Técnica emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando a prestação de serviços de manutenção predial em edificações não residenciais (hidrossanitária, pisos, pintura e esquadrias), com área construída igual ou superior a 60.000 m² por período não inferior a três anos;

Requisitos Legais

4.6 Deverão ser cumpridos os procedimentos, normas, modelos e regulamentos vigentes na Presidência da República.

4.7 O processo de contratação deve estar aderente à Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 e as seguintes legislações vigentes, dentre outras aplicáveis à espécie:

- a) Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 (Nova Lei de Licitações);
- b) Lei nº 13.709/2018: Lei Geral de proteção de Dados Pessoais - LGPD, dispõe sobre o tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais, por pessoa natural ou por pessoa jurídica de direito público ou privado, com o objetivo de proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural;
- c) Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022, que dispõe sobre a licitação pelo critério de julgamento por menor preço ou maior desconto, na forma eletrônica, para a contratação de bens, serviços e obras, no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional.; e
- d) Instrução Normativa SEGES Nº 58, de 8 de agosto de 2022, que dispõe sobre a elaboração dos Estudos Técnicos Preliminares - ETP, para a aquisição de bens e a contratação de serviços e obras, no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, e sobre o Sistema ETP digital.

4.8 Além das legislações anteriormente em destaque, como requisito legais da contratação, esta deverá, em especial, observar:

- a) Normas e especificações constantes dos respectivos Termos de Referência - TR e Projetos Básicos;
- b) Normas regulamentadoras do Ministério do Trabalho;
- c) Regulamentos das empresas concessionárias;
- d) Normas da ABNT;
- e) Normas internacionais consagradas, na falta das normas da ABNT;
- f) Prescrições e recomendações de fabricantes; e
- g) Práticas SEAP – Projetos, execução e manutenção.

Requisitos Temporais

4.11 Os serviços comuns de engenharia e de operações e manutenções prediais, elétricas e eletromecânicas, de sistemas e subsistemas de edificações do Complexo da Presidência da República - PR, incluindo seus imóveis funcionais e residências

oficiais, no Distrito Federal, devem ser prestados no prazo máximo de 03 (três) dias corridos, a contar do recebimento da abertura de Ordem de Serviço (OS), emitida pela Contratante, podendo ser prorrogada, excepcionalmente, por até igual período, desde que justificado previamente pelo Contratado e autorizado pela Contratante.

4.12 Na contagem dos prazos estabelecidos neste instrumento, salvo prazo divergente estabelecido em respectivo Termo de Referência e ou Projeto Básico, quando não expressados de forma contrária, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento.

4.13 Todos os prazos citados, quando não expresso de forma contrária, serão considerados em dias corridos. Ressaltando que serão contados os dias a partir da hora em que ocorrer o incidente até a mesma hora do último dia, conforme os prazos.

Qualificação Técnica Profissional e Operacionalização da Mão de Obra

4.14 Todos os profissionais devem atender aos requisitos exigidos em sua respectiva Classificação Brasileira de Ocupações - CBO e às respectivas Convenções (ou Acordos) Coletivas da Categoria, com comprovada experiência por meio de registros da Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS ou outro meio aprovado pela fiscalização técnica.

4.15 Além dos requisitos mínimos exigidos, os profissionais deverão ter experiência profissional para atender ao objeto contratado, durante todo o seu período de execução, conforme peculiaridades da Presidência da República, sendo a contratada responsável pela reciclagem desses, quando for o caso. Observe-se, em específico, a necessidade do Engenheiro ter experiência mínima de 2 (dois) anos, haja vista que:

- os serviços de engenharia e de operações e manutenções de instalações prediais de edificações do Complexo da Presidência da República - PR, incluindo seus imóveis funcionais e residências oficiais, no Distrito Federal, necessitam de atendimento com segurança, qualidade e tempestividade de demandas existentes, que deverão ser prestados por técnicos devidamente capacitados, bem como com todos os recursos ferramentais necessários para a execução do objeto contratual;
- o envelhecimento natural de estruturas das edificações da Presidência da República, incluindo seus imóveis funcionais e residências oficiais, localizadas no Distrito Federal, e a necessidade de mantê-los fiéis às tais concepções arquitetônicas originais de diversas edificações, por serem essas diversas edificações tombadas pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), faz com que tenhamos, além do aumento por demandas por serviços de engenharia de manutenção (consertos, instalações, montagens, operações, conservações, reparações, adaptações, manutenimentos, ou ainda, até mesmo por demolições, quando possível, na medida do praticável), de termos a necessidade premente por observância dos critérios de preservação para manter as características originais de estruturas das edificações tombadas, e um profissional engenheiro com experiência mínima é imperioso;
- sem conta que as especificidades do objeto (diversas edificações tombadas), exigem atribuições atinentes ao cargo de engenheiro e esta comprovação da experiência mínima de 02 (dois) anos de atuação do profissional, no cargo de engenheiro, na área de manutenção em serviços de engenharia, repiso, é imprescindível, pois exigirá, principalmente, do Engenheiro conhecimentos técnicos e experiência na coordenação e supervisão de manutenção de instalações prediais existentes na Presidência da República.

Requisitos Sociais, Ambientais e Culturais

4.16 A Contratada deverá adotar práticas de sustentabilidade ambiental na execução do objeto contratual, quando couber, conforme disposto na Instrução Normativa SLTI nº 01, de 19 de janeiro de 2010, do Ministério do Planejamento e Gestão, e da Instrução Normativa SEGES nº 05, de 2017, e demais legislação aplicável, quando relacionadas à natureza da prestação do serviço e, em especial:

- a) possuir processo que implemente a sistemática de logística reversa, nos termos da Lei nº 12.305, de 02 de agosto de 2010, Política Nacional de Resíduos Sólidos;
- b) adotar melhores práticas relacionadas ao uso eficiente de energia elétrica; e
- c) priorizar, no que couber, a utilização de bens que sejam no todo ou em partes compostos por materiais recicláveis, atóxicos e biodegradáveis.

4.17 A Contratada deverá, ainda, no que couber:

- a) elaborar projetos de modo a proporcionar a economia da manutenção e operacionalização da edificação e a redução do consumo de energia, por meio de estudos, planejamentos e ações em busca de tecnologias, práticas e materiais que reduzam o impacto ambiental;
- b) adotar boas práticas de otimização de recursos/redução de desperdícios/menor poluição;

- c) promover a racionalização do uso de substâncias potencialmente tóxico-poluentes;
- d) cuidar da substituição de substâncias tóxicas por outras atóxicas ou de menor toxicidade;
- e) zelar pela racionalização/economia no consumo de energia (especialmente elétrica) e água;
- f) elaborar e executar programas de treinamentos/capacitações periódicos aos empregados sobre boas e melhores práticas para redução de desperdícios/poluição;
- g) promover a reciclagem/destinação adequada dos resíduos gerados nas atividades de manutenção; e
- h) desenvolver ou adotar manuais de procedimentos de descarte de materiais potencialmente poluidores, tais como: pilhas e baterias dispostas para descarte que contenham, em suas composições, chumbo, mercúrio e seus compostos, remetendo-os para os estabelecimentos que as comercializam ou à rede de assistência técnica autorizada pelas respectivas indústrias.

4.18 Os serviços prestados pela Contratada deverão pautar-se sempre no uso racional de recursos e equipamentos, de forma a evitar e prevenir o desperdício de insumos e material consumidos, bem como a geração excessiva de resíduos, a fim de atender às diretrizes de responsabilidade ambiental adotadas pela PR.

4.19 Deverá ser ofertado equipamentos e aparelhos que cumpram os critérios de segurança, compatibilidade eletromagnética e eficiência energética, previstos na Portaria nº 170/2012 do INMETRO.

4.20 A Contratada deverá instruir os seus colaboradores quanto à necessidade de racionalização de recursos no desempenho de suas atribuições, bem como das diretrizes de responsabilidade ambiental adotadas pela PR.

Requisitos da Manutenção

4.21 Os requisitos de manutenção e assistência técnica dos produtos necessários à prestação dos serviços serão de inteira responsabilidade da empresa contratada, devendo esta manter em perfeito estado de conservação todos os equipamentos e materiais, inclusive aqueles fornecidos pelo contratante, quando for o caso.

Demais Requisitos Necessários e Suficientes à Contratação

4.22 Atualmente, a Diretoria de Engenharia e Patrimônio compete planejar, coordenar, orientar, supervisionar, avaliar e controlar a execução das atividades relacionadas, dentre outras, com a manutenção predial, os reparos, a elaboração de projetos, as modificações e os serviços de engenharia em edifícios e imóveis funcionais, incluídas a manutenção de usinas geradoras de energia elétrica e de vapor e a urbanização de áreas verdes, por intermédio de sua Coordenação-Geral de Operações de Engenharia - COENGE que responde pelas rotinas de fiscalização, acompanhamento, monitoramento e avaliação dos contratos administrativos, estreitamente relacionados e interdependentes entre si. (inciso I do art. 19 do Decreto n.º 11.329, de 1º de janeiro de 2023)

4.23 Em caso de haver contratada para a prestação de serviços de apoio à COENGE, no tocante à fiscalização, acompanhamento, monitoramento e avaliação de contratos administrativos, não poderá aquela prestar serviços de manutenção continuada na área de Engenharia da Presidência da República.

4.24 Deverá, preferencialmente, ser absorvida a mão de obra já existente na Presidência da República dos contratos vigentes relacionados ao objeto contratual, devendo ser justificada a eventual inobservância dessa exigência, em caso dessa inobservância.

4.25 Deverão ser observados e implementados/melhorados, caso necessário, os requisitos de segurança e proteção nos equipamentos e suas instalações em conformidade com as normas vigentes para cada tipo de equipamentos, aparelhos e instalações.

4.26 Nas contratações, deverão ser promovidas as devidas e respectivas transições contratuais, com as transferências das informações (físicas e digitais editáveis), tecnologias e técnicas empregadas, de forma a não ocorrerem prejuízos à continuidade dos serviços de manutenções e demais serviços conexos e ou correlatos.

Requisitos de Garantia, Manutenção e Suporte da Solução

4.27 O fornecimento do serviço de garantia relativo à execução do objeto da Contratação será prestado diretamente pela Contratada.

4.28 A garantia com manutenção e suporte técnico dos serviços prestados pela Contratada deve cobrir os serviços de manutenções preditiva, preventiva e corretiva, fornecendo sem custo adicional todos os ajustes às falhas que porventura venham a ser encontradas pela Contratante.

4.29 As manutenções serão baseadas nas necessidades específicas da execução do objeto da contratação que compõe a solução e no levantamento situacional, e deverão ser informadas antecipadamente pela Contratada, respeitando as janelas de manutenção e aprovadas pela Presidência da República.

4.30 À execução do objeto da contratação, deverão ser realizados pela Contratada com o apoio do fornecedor/fabricante de material, quando couber, com base nas metas e nos indicadores de desempenho elencados no Instrumento de Medição de Resultado - IMR.

Requisitos de adequação de ambiente da Presidência da República para viabilizar a execução contratual

4.31 Será necessário disponibilizar espaço para acomodação da Contratada nas dependências da Coordenação-Geral de Operações de Engenharia – COENGE, da Diretoria de Engenharia e Patrimônio.

4.32 Entretanto, considerando a atual estrutura da Coordenação-Geral de Operações de Engenharia, não haverá necessidade de adequações significativas no ambiente de trabalho.

Requisitos de Formação da Equipe

4.33 Os serviços deverão ser prestados por técnicos devidamente capacitados, de acordo com os critérios estabelecidos nos respectivos termos de Referência e ou Projetos Básicos, com devidas qualificações técnicas comprovadas.

Requisitos de Experiência Profissional

4.34 Os serviços de engenharia e de operações e manutenções prediais, elétricas e eletromecânicas, de sistemas e subsistemas de edificações do Complexo da Presidência da República - PR, incluindo seus imóveis funcionais e residências oficiais, no Distrito Federal, observando-se o atendimento com segurança, qualidade e tempestividade de demandas existentes, deverão ser prestados por técnicos devidamente capacitados, bem como com todos os recursos ferramentais necessários para a execução do objeto contratual.

Qualificação técnica-operacional específica

4.35 Certidão de Registro expedida pelo Conselho Regional competente, comprovando o exercício da atividade relacionada com o objeto da licitação, na qual conste seu Responsável Técnico, devidamente qualificado na área de atuação do objeto licitado.

4.36 Deverá ser comprovada a especialização de capacidade técnica por meio de Atestado de Capacidade Técnica, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, acompanhado da respectiva Certidão de Acervo Técnico, expedida pelo respectivo Conselho Regional, comprovando que o Responsável Técnico - Engenheiro, tenha prestado, a contento, serviços de manutenção compatíveis com o objeto da presente licitação, com área construída igual ou superior a 60.000 m², sendo que façam explícita referência às seguintes parcelas relevantes:

- a) manutenção de instalações hidrossanitárias;
- b) manutenção de pisos e revestimentos cerâmicos, mármore ou granitos;
- c) pinturas em geral - de áreas externa e internas de edificações; e
- d) esquadrias metálicas;

4.36.1 Para a exigência de área mínima para o atestado de capacidade técnica-operacional, tomou-se como referência a tabela de Imóveis da Presidência da República adiante exposta. Foi considerado o limite de 40% da área interna total estimada da Presidência da República de 152.844,50 m², bem como os tipos de serviços elencados no subitem 4.36 acima, que se referem àqueles que têm maior impacto, tanto sob o ponto de vista financeiro quanto operacional do contrato. A experiência profissional se faz necessária devido às peculiaridades tanto das instalações quanto do usuário da Presidência da República. Sendo assim, para as execuções dos serviços de forma segura, com qualidade e tempestividade, exigir-se-á a qualificação técnica do profissional da área.

- a) Principais imóveis abrangidos pelos serviços:

Tabela 1: bens imóveis

Edificações Administrativas	Área (m²)	Terreno (m²)
Palácio do Planalto	44.388,50	38.055,00
Garagens, guarda, segurança presidencial, engenharia e almoxarifado central	33.950,50	109.773,00

Anexos do Palácio do Planalto e heliponto	22.599,00	88.335,00
Pavilhão das Metas (Esplanada)	5.525,50	6.989,00
Residências Oficiais	Área (m²)	Terreno (m²)
Palácio da Alvorada	11.407,00	352.325,00
Granja do Torto	7.914,00	397.425,00
Palácio do Jaburu	5.060,00	227.385,00
Residências funcionais	Área (m²)	Terreno (m²)
Apartamentos funcionais	22.000,00	-
Total de áreas	152.844,50	1.220.287,00

b) Registramos que as áreas foram estimadas para efeito de dimensionamento de equipes e materiais, não se resumindo às especificadas acima.

Requisitos de Metodologia de Trabalho

4.37 A execução dos serviços está condicionada ao recebimento pelo Contratado de Ordem de Serviço (OS) emitida pela Contratante.

4.38 A OS indicará o serviço, a quantidade e a localidade na qual o deverá ser prestado.

4.39 O Contratado deve fornecer meios para contato e registro de ocorrências com funcionamento 24 horas por dia e 7 dias por semana de maneira eletrônica e por via telefônica.

4.40 A execução do serviço deve ser acompanhada pelo Contratado, que dará ciência de eventuais acontecimentos à Contratante.

4.41 A operacionalização de Ordens de Serviços e demais aspectos conexos e correlatos estão descritos de forma detalhada adiante.

Requisitos de Segurança da Informação

4.42 Todos os funcionários da contratada envolvidos na presente contratação deverão observar a Política de Segurança da Informação da Presidência da República.

Requisitos de Segurança e Privacidade

4.43 A solução deverá atender aos princípios e procedimentos elencados na Política de Segurança da PR.

4.44 Para viabilizar a prestação dos serviços, a Contratada por vezes precisará ter acesso a locais privativos da Presidência da República, sendo, portanto, imprescindível a assinatura de Termo de Confidencialidade e Manutenção de Sigilo, anexo deste instrumento.

4.45 Contratada deverá manter sigilo absoluto sobre quaisquer dados e informações de que venha a ter conhecimento durante a execução dos serviços, não podendo, sob qualquer pretexto, divulgar, reproduzir ou utilizar, sob pena de lei, independentemente da classificação de sigilo conferida pelo Contratante a esses dados e informações.

4.46 Manutenção de sigilo e respeito às normas de segurança vigentes na Presidência da República, a ser assinado pelo representante legal da Contratada, e Termo de Ciência, a ser assinado por todos os profissionais da Contratada diretamente envolvidos na contratação.

Requisitos de Capacitação

4.47 Os servidores da Coordenação-Geral de Operações de Engenharia - COENGE já possuem capacitação suficiente para a condução desses serviços, que poderá ser comprovada pelos diversos contratos vigentes e similares sob sua responsabilidade.

Vistoria

4.48 A avaliação prévia do local de execução dos serviços é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, sendo assegurado ao interessado o direito de realização de vistoria prévia, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das 8 horas às 17 horas.

4.49 Serão disponibilizados data e horário diferentes aos interessados em realizar a vistoria prévia.

4.50 Para a vistoria, o representante legal da empresa ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

4.51 Caso o licitante opte por não realizar a vistoria, deverá prestar declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

4.52 A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo o contratado assumir os ônus dos serviços decorrentes.

Garantia da Contratação

4.53 Deverá ser exigida a garantia da contratação de que tratam os art. 96 e seguintes da Lei n.º 14.133, de 2021, no percentual e condições descritas nas cláusulas do contrato, na ordem de 5% (cinco por cento) do valor inicial do contrato, na conformidade do art.98 da Lei n.º 14.133, de 2021.

4.53.1 Entretanto, não será admitida como garantia da contratação a opção pelo seguro-garantia, haja vista que a presente prestação de serviço continuado com dedicação exclusiva de mão de obra, que contem cláusula condicionando o pagamento de verbas trabalhistas e previdenciárias ao trânsito em julgado de ações de responsabilização inerentes, ser incompatível com a Lei n.º 14.133, de 2021 e a Instrução Normativa SEGES/MPDG n.º 5, de 2017, na conformidade do entendimento manifestado pela Procuradoria-Geral Federal e pela Consultoria Jurídica junto ao Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, no Parecer n.º 00036/2024/DECOR/CGU/AGU.

4.53.2 A garantia, nas modalidades caução e fiança bancária, deverá ser prestada em até 10 dias úteis após a assinatura do contrato.

4.54 O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à garantia da contratação.

Informações relevantes para o [dimensionamento E/OU apresentação] da proposta

4.55 Na execução de respectivo objeto contratado, inerente aos serviços comuns de engenharia, poderão ser adotados um dos regimes de execução elencados nos incisos do art.46 da Lei n.º 14.133, de 2021, considerando-se os potenciais de economia de escala (art. 18, VII), sendo o pregão, modalidade licitatória obrigatória para este tipo de aquisição de serviços comuns, cujo critério de julgamento poderá ser o de menor preço ou o de maior desconto (art. 6º, XLI), critério esse especificado no respectivo edital do certame.

4.56 Em caso da modalidade de licitação pregão, cujo critério de julgamento elencado for empreitada por preço global, para efeito de avaliação da exequibilidade e de sobrepreço, serão considerados o preço global, os quantitativos e os preços unitários tidos como relevantes, observando-se o critério de aceitabilidade de preços unitários global fixado no respectivo edital, conforme as especificidades do mercado correspondente, em observância aos ditames do § 3º do art. 59 da Lei nº 14.144, de 2021.

4.57 Os preços unitários da proposta vencedora servirão de base para eventuais adequações indispensáveis no cronograma físico-financeiro e para balizar excepcionalmente aditamento posterior do contrato (art. 56, § 5º da Lei n.º 14.133, d 2021);

4.58 A verificação da conformidade das propostas será feita exclusivamente em relação à proposta mais bem classificada e a Administração poderá realizar diligências para aferir a exequibilidade das propostas ou exigir dos licitantes que ela seja demonstrada, sob pena de ter a licitante sua proposta desclassificada.

4.59 No caso de serviços comuns de engenharia, de operações e manutenções, objeto do respectivo estudo de contratação, entende-se que deverão ser consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração.

4.60 Nas contratações de serviços comuns de engenharia, de operações e manutenções, objeto da respectiva contratação, será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta seja inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo com a Lei n.º 14.133, de 2021.

4.61 Deverão ser consideradas desclassificadas as propostas que (art.59, da Lei n.º 14.133, de 2021):

- a) contiverem vícios insanáveis;
- b) não obedecerem às especificações técnicas pormenorizadas em edital do respectivo certame;
- c) apresentarem preços inexequíveis ou permanecerem acima do orçamento estimado para a contratação;
- d) não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
- e) apresentarem desconformidade com quaisquer outras exigências do respectivo edital, desde que insanável.

4.62 Entretanto, não caberá desclassificação as propostas das licitantes participantes do certame, por si só, em razão de custos unitários que sejam superiores aos orçados pela Administração, conforme entendimento da Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos da Consultoria-Geral da União.

4.63 Após o julgamento, o licitante vencedor deverá reelaborar e apresentar à Administração, por meio eletrônico, as planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os respectivos valores adequados ao valor final da proposta vencedora, admitida a utilização dos preços unitários, no caso de empreitada por preço global, exclusivamente para eventuais adequações indispensáveis no cronograma físico-financeiro e para balizar excepcional aditamento posterior do contrato. (§ 5º do art. 56 da Lei n.º 14.133, de 2021)

4.64 Demais critérios de apresentação de propostas e lances, bem como do julgamento das propostas, da habilitação das licitantes e demais parâmetros conexos e correlatos serão estabelecidos no respectivo edital do certame, observando-se os ditames estabelecidos na Lei n.º 14.133, de 2021, aplicáveis à espécie.

Procedimentos de transição e finalização do contrato

4.65 A Contratada deverá providenciar a entrega de documentação técnica de transição contratual à PR, contendo descrição técnica atualizada e detalhada de configurações, serviços e sistemas institucionais realizados, como subsídio para viabilizar, facilitar, agilizar contratações futuras.

4.65.1 Essa documentação, denominada de plano de transição final, deverá ser integralmente apresentado pela equipe da contratada, por meio de métodos expositivos, realização prática de atividades, apresentação de resumos, esquemas, relatórios ou qualquer outro tipo de documentação que viabilize ou facilite a absorção da prestação dos serviços pela equipe da Contratante e ou pela nova pessoa jurídica que continuará a execução dos serviços, sem ônus adicional ao contrato.

4.65.2 Essa entrega deverá ocorrer ao término do contrato, seja por decurso de vigência ou por rescisão antecipada, ficando a Contratada obrigada a promover atividades de encerramento contratual, adotando esse plano de transição final, com transferência de conhecimento e com indicação das boas e melhores práticas adquiridas, repiso, por meio de tecnologias e técnicas empregadas, sem perda de informações, capacitando, se solicitado (e ou quando necessário), aos servidores da PR ou aos da nova pessoa jurídica contratada que continuará a execução dos serviços, sem ônus adicional ao contrato.

Subcontratação

4.66. É admitida a subcontratação parcial do objeto, na seguinte condição:

4.66.1. Apenas a contratação dos serviços elencados como serviços eventuais sob demanda, que terá valor fixo anual limitado a 10% (dez por cento) sobre o valor do Item 1, do Grupo 1 - Único, da Tabela do subitem 8.2, e não será este valor encontrado (calculado nestas condições) objeto de disputa no referido certame licitatório.

Requisitos para o Atendimento da Necessidade à Solução Pretendida

4.67 A Contratada deverá:

- a) ser registrada no Conselho Regional de Engenharia (CREA) e/ou no Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU), no caso de utilização de Responsável Técnico com formação em Arquitetura ou equivalente;
- b) indicar Responsável Técnico, legalmente habilitado e com as qualificações técnicas mínimas exigidas, conforme Classificação Brasileira de Ocupação – CBO e sua respectiva Convenção (ou Acordos) Coletivas da Categoria, na especialidade Engenheiro Civil ou Arquiteto;
- c) ter registros dos responsáveis técnicos e da ART/RRT realizados nas respectivas regionais CREA/CAU onde os serviços serão prestados;

d) emitir ART/RRT de serviço pertinente aos serviços prestados nas manutenções das edificações em uso pela PR e dos seus respectivos sistemas e subsistemas:

d.1) caracteriza-se por prestação de serviços nas manutenções das edificações, a realização das manutenções programada com antecedência (ou não), considerando as estimativas da durabilidade esperada dos sistemas e subsistemas, aparelhos, equipamentos, elementos ou componentes das instalações elétricas, eletromecânicas, de automação e de instalações detecção e combate a incêndio;

f) emitir também ART/RRT de projeto, quando houve, pertinente aos projetos eventualmente elaborados, necessários à execução do contrato;

g) iniciar e concluir os serviços cumprindo as datas definidas e estabelecidas na previsão de atendimento constante em Ordem de Serviço (OS);

h) fazer constar, em cada Ordem de Serviço atendida, a apropriação de custos, os materiais, peças e componentes aplicados no atendimento e seus respectivos quantitativos e valores, as datas e horas de início e término, bem como os quantitativos de horas trabalhadas pelos empregados envolvidos no serviço.

h.1) as Ordens de Serviço só poderão ser consideradas atendidas, após o "aceite" do Cliente, quando for o caso, e o "de acordo" da Contratante; e

h.2) cumpridas as etapas citadas anteriormente, as Ordens de Serviço serão encaminhadas, de imediato, à Equipe de Central de Serviços da COENGE, para que seja providenciado o seu encerramento;

i) fornecer à Contratante, juntamente com a fatura dos serviços prestados, relatório mensal informando as manutenções preditivas, preventivas e corretivas realizadas, identificando, detalhadamente, os espaços físicos e aparelhos e equipamentos contemplados, o total de Ordens de Serviço recebidas no período, o número de Ordens de Serviço atendidas por tipo de serviço, bem como o consolidado dos materiais aplicados, com seus respectivos quantitativos e valores;

j) agir e operar com organização completa, fornecendo a mão de obra, ferramentas, materiais, utensílios, aparelhos, equipamentos e EPI's necessários à perfeita execução dos serviços;

k) refazer, às suas custas, os serviços reprovados pela Contratante, quer seja pela baixa qualidade dos materiais aplicados, quanto pela imperícia, negligência, imprudência e/ou incompetência de seus empregados, arcando com o custo de todos os materiais necessários, sem prejuízo da aplicação do Instrumento de Medição de Resultado e de eventual identificação de infrações e aplicação de sanções administrativas cabíveis;

l) manter as oficinas da Contratante sob sua responsabilidade sempre organizadas promovendo, semanalmente, uma limpeza geral, bem como não permitir que seus empregados deixem objetos pessoais nos locais de trabalho;

m) exigir que empregados mantenham os lugares onde estiverem trabalhando livres de entulho, desobstruídos e limpos, visando minimizar o impacto dos serviços nos ambientes;

n) remover às suas expensas e para local autorizado pelo Governo do Distrito Federal - GDF, os entulhos, resíduos e demais descartes decorrentes dos seus serviços, sem ônus adicional à Contratante, sempre se atentando aos critérios de sustentabilidade estabelecidos;

o) acatar todas as orientações da Contratante, sujeitando-se a mais ampla e irrestrita fiscalização prestando, de imediato e com solicitude, os esclarecimentos solicitados e atendimento de reclamações formuladas;

p) providenciar, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, os reparos ou indenizações de avarias em espaços físicos, equipamentos, aparelhos, instalações e bens da Contratante, causadas por seus empregados na execução dos serviços ou por imperícia, negligência, imprudência ou vandalismo, inclusive a servidores e terceiros.

p.1) o prazo do estipulado poderá ser alterado em ocasiões especiais, quando depender de prazos de fornecimento de materiais, ou em acordo com a Contratante;

q) estar apta a seguir as práticas de sustentabilidade previstas na IN N.º 01/ SLTI, de 19 de janeiro de 2010 – que dispõe sobre critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras pela Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional, e demais normativos referentes à sustentabilidade e meio ambiente;

r) atentar-se para os critérios de sustentabilidade ambiental estabelecidos pela contratante, quanto às compras de materiais, ferramentas e equipamentos que serão utilizados na prestação dos serviços contratados; e

s) estar apta a comprovar que atende aos requisitos mínimos de habilitação econômico-financeira, jurídica e técnico-operacional conforme legislação, bem como manter-se habilitada durante toda a execução dos serviços.

4.68 A Contratante deverá acompanhar, sempre na medida do praticável, a execução dos serviços, em especial, aqueles de complexa realização, de forma direta por meio de equipe fiscalização do contrato (de ofício), ou indireta, com apoio de terceiros à fiscalização do contrato administrativo, procurando evitar a reprovação dos trabalhos somente ao seu término. Inclusive podendo demandar a paralisação dos trabalhos de imediato, se algo estiver fora das boas práticas, sem prejuízo ao Contratante, da aplicação do Instrumento de Medição de Resultado e de eventual identificação de infrações e aplicação de sanções administrativas cabíveis.

4.69 O Contrato estará sujeito a Anotação de Responsabilidade Técnica – ART, no caso da utilização de Responsável Técnico com formação em Engenharia ou equivalente e/ou Registro de Responsabilidade Técnica – RRT, no caso da utilização de Responsável Técnico com formação em Arquitetura ou equivalente.

4.70 Além dos requisitos legais já previstos na legislação, a empresa a ser contratada deve comprovar possuir as condições necessárias para a execução dos serviços de manutenção predial, preventiva e corretiva, de forma continuada, e de serviços eventuais sob demanda, conforme habilitações técnico-operacionais elencadas em Termo de Referência.

4.71 O licitante deverá comprovar que já executou objeto compatível, em prazo, com o que está sendo licitado, mediante a comprovação de experiência mínima de 01 (um) ano na execução de objeto semelhante ao da contratação, podendo ser aceito o somatório de atestados.

4.72 O serviço contratado deverá ser executado no horário de expediente regular nas edificações da Presidência da República, das 07 horas às 19 horas, de tal forma que todos os horários fiquem de acordo com a carga diária de trabalho, conforme legislação vigente.

4.73 Os funcionários que compuserem o quadro fixo de profissionais da Contratada, bem como os funcionários que sejam feristas e coberturas deverão ter perfil e competências compatíveis com as tarefas que lhe serão atribuídas, de modo que garantam que o andamento da prestação dos serviços se dê de acordo com o cronograma e a metodologia a serem firmados com a empresa e validados pela fiscalização contratual.

4.74 Os serviços serão contratados com base no quantitativo e tipos de postos de trabalho e dos insumos necessários para execução das manutenções preventivas, corretivas e preditiva, quando couber, e de serviços eventuais sob demanda, em atendimento ao escopo dos serviços demandados pelas edificações de uso da PR no Distrito Federal. A relação final dos sistemas e subsistemas a serem atendidos no escopo do objeto seguirá aquela indicada em Termo de Referência. Entretanto, destacamos, em especial, algumas a seguir:

a) sistema de prevenção e combate a incêndio, no que couber, com especial relação ao abastecimento de água - rede de hidrantes e sistema de chuveiros automáticos;

b) sistema de instalações hidrossanitárias (água fria, água quente, reuso de águas cinzas, esgotamento comum e águas pluviais);

c) sistemas estruturais em aço e misto, bem como serviços de serralherias em geral;

d) sistemas estruturais em concreto compreendendo a execução serviços civis em geral (impermeabilizações, construções de alvenarias, demolições, chumbamentos, etc.);

e) sistema de vedação interna composto por alvenarias e divisórias;

f) serviços de vidraçarias compreendendo o fornecimento de vidros e acessórios, os serviços de manutenção de vidros em gerais, instalação, remoção e recuperação de vidros em geral, portas de vidro em geral, portas de vidro temperado, películas, espelhos e demais acessórios;

g) sistema de vedação externa em serviços de esquadrias e serviços de vidraçarias compreendendo o fornecimento de vidros e acessórios, os serviços de manutenção de vidros em gerais, instalação, remoção e recuperação de vidros em geral, portas de vidro em geral, portas de vidro temperado, películas, espelhos e demais acessórios;

h) serviços de Marcenaria compreendendo o a instalação, montagem, desmontagem de divisórias navais e especiais, mobiliário entre outros serviços relacionados;

i) serviços de fornecimento, instalação, montagem, desmontagem de persianas, bem como manutenção e reparo das persianas já existentes;

j) serviços em forros em gesso comum, gesso acartonado, gesso acartonado modulado, mineral, PVC e outros tipos pré-existent nas edificações;

k) serviços em pisos em mármore, em granito, em madeira, vinílico, granitina, emborrachado, cerâmicos e cimentícios; e

l) serviços eventuais sob demanda de todos os sistemas e equipamentos prediais.

4.75 Para fins de elaboração da planilha de custos e formação de preços a contratada deverá observar os ditames das Convenções Coletivas de Trabalho vigentes, para as categorias de profissionais envolvidas na prestação dos serviços presentes no atendimento do objeto contratual.

Requisitos de Sustentabilidade

4.76 Os critérios de sustentabilidade deverão atender os requisitos que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis.

4.77 Ademais, a Contratada deverá elaborar estratégias sustentáveis seguindo os manuais e recomendações do CBCS (Conselho Brasileiro de Construção Sustentável), bem como a legislação específica vigente, em especial a Lei nº 12.305, de 2010, que trata da Política Nacional de Resíduos Sólidos.

4.78 A Contratada deve observar, ainda, a Gestão dos Resíduos Sólidos, conforme estabelece a Resolução do CONAMA nº 307, de 5 de julho de 2002, bem como, em especial, os artigos 46, 49 e 60 e demais dispositivos da Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente.

4.79 A análise, pela Contratante, dos materiais e sistemas aplicados nos serviços deverá rigorosamente observar aos critérios de eficiência energética, redução de impactos ambientais e sustentabilidade.

4.80 Deverão ser utilizados materiais e tecnologias de baixo impacto ambiental, que promovam a conservação e o uso racional da água, a eficiência energética e a especificação de produtos com certificação ambiental, sempre que possível, e que os custos forem compatíveis com o praticado no mercado.

4.81 Os materiais inflamáveis só poderão ser depositados em áreas autorizadas pela Contratante, devendo a Contratada providenciar para estas áreas, se for o caso, os dispositivos de proteção contra incêndios, determinados pelos órgãos competentes.

4.82 Nenhum dos materiais, equipamentos e aparelhos fornecidos e ou utilizados pela Contratada poderá conter substâncias perigosas como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenil polibromados (PBBs), éteres difenilpolibromados (PBDEs), em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances). A comprovação do disposto neste item poderá ser feita mediante apresentação de certificação emitida por instituição pública oficial ou instituição credenciada, ou por qualquer outro meio de prova que ateste que o bem fornecido e ou utilizado cumpre com essa exigência.

4.83 Plano de Gestão de Resíduos Sólidos - PGRS:

4.83.1 A Contratada deverá apresentar um Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos - PGRS, em até 15 (quinze) dias úteis após o efetivo início dos serviços. O documento será submetido à aprovação da Contratante; e

4.83.2 O PGRS deverá ser elaborado com base na Resolução CONAMA nº 307, de 2002, e levar em consideração todas as peculiaridades das edificações, objeto da contratação.

4.83.3 Na elaboração do PGRS a Contratada deverá considerar:

a) Caracterização e quantificação dos resíduos sólidos: classificar os tipos de resíduos sólidos produzidos pelo empreendimento, adotando a classificação das Resoluções CONAMA n.º 307, de 2002, e n.º 348, de 2004, inclusive os resíduos de característica doméstica. Estimar a geração média de resíduos sólidos de acordo com o cronograma de execução do contrato (em kg ou m³).

b) Minimização dos resíduos: descrever os procedimentos que serão adotados para minimização da geração dos resíduos sólidos, por classe.

c) Triagem/segregação dos resíduos: priorizar a segregação na origem, neste caso, descrever os procedimentos a serem adotados para segregação dos resíduos sólidos por classe e tipo. Caso a edificação não possua espaço para segregação dos resíduos, esta poderá ocorrer em Áreas de Triagem e Transbordo – ATT, devidamente licenciadas, com identificação da área e do responsável técnico.

- d) Acondicionamento/armazenamento: descrever os procedimentos a serem adotados para acondicionamento dos resíduos sólidos, por classe/tipo, de forma a garantir a integridade dos materiais. Identificar, na planta da edificação, os locais destinados à armazenagem de cada tipo de resíduo. Informar o sistema de armazenamento dos resíduos identificando as características construtivas dos equipamentos/abrigos (dimensões, capacidade volumétrica, material construtivo etc.).
- e) Transporte interno: descrever os procedimentos com relação ao transporte interno, vertical e horizontal dos RCC.
- f) Reutilização e reciclagem: descrever os procedimentos que serão adotados para reutilização e reciclagem dos RCC
- g) Transporte externo: o transporte dos RCC não poderá ser realizado sem o Controle de Transporte de Resíduos CTR. Este documento contém a identificação do gerador, do (s) responsável (is) pela execução da coleta e do transporte dos resíduos gerados no contrato, bem como da unidade de destinação final. Identificar a empresa licenciada para a realização do transporte dos RCC, os tipos de veículos e equipamentos a serem utilizados, bem como os horários de coleta, frequência e itinerário.
- h) Transbordo de resíduos: localização: endereço completo (croquis de localização).
- i) Destinação dos resíduos: descrever os procedimentos que deverão ser adotados com relação à destinação dos RCC por classe de acordo com a Resolução CONAMA. Apresentar carta de viabilidade de recebimento/destinação de empresa licenciada para destinação ou de Área de Triagem e Transbordo – ATT da classe/ tipo de resíduo.

5. Levantamento de Mercado

5.1 O levantamento de mercado foi realizado junto ao Painel de Preços, no que foi encontrado contratações similares de manutenção civil para a região do Distrito Federal:

- a) Edital do Pregão Eletrônico nº 01/2019 da Escola Nacional de Administração Pública;
- b) Edital do Pregão Eletrônico nº 021/2020 do Tribunal de contas da União e Termo de Referência;
- c) Edital do Pregão Eletrônico nº 016/2014 do Tribunal de Contas da União; e
- d) Edital do Pregão Eletrônico nº 025/2022 da Controladoria-Geral da União.

5.2 Dessa forma, observamos que a solução é comum de mercado, não havendo qualquer especificidade que possa vir a causar restrições ou direcionamentos na contratação.

5.3 Assim, torna-se necessário o contínuo estudo da viabilidade técnica, buscando a melhoria contínua dos serviços prestados, com celeridade, qualidade e baixo custo para a Administração Pública.

5.4 Evidenciamos que nos estudos ora realizados a existência de 4 tipos de modelagem de contratação que envolvem a prestação de serviço de Manutenção Predial e de pequenas intervenções, no que observamos, especialmente, a modelagem de contratação “Postos de Trabalho mais Materiais e Serviços”, por melhor atender as nossas necessidades.

6. Descrição da solução como um todo

6.1 A solução como um todo, resume-se na execução, por meio de contratos continuados, com ou sem mão de obra exclusiva, ou sob demanda, das operações e manutenções das edificações e dos sistemas de infraestrutura civil da Presidência da República, para atendimento com segurança, qualidade e tempestividade das demandas existentes.

6.2 O objeto deverá ser executado de forma indireta, pelo regime de Empreitada por Preço Global, do tipo Maior Desconto, nos termos do art. 6º, inciso XLI da Lei nº 14.133, de 2021.

6.3 O objeto deverá ser executado de forma indireta, pelo regime de Empreitada por Preço Global, do tipo Maior Desconto, nos termos do art. 6º, inciso XLI da Lei nº 14.133, de 2021.;

6.4 Para efeito deste instrumento considera-se:

a) **MANUTENÇÃO PREVENTIVA:** Série de procedimentos destinados a prevenir a ocorrência de danos e defeitos nas estruturas civis das edificações, mantendo-as em perfeito estado de conservação e funcionamento. Caracteriza-se por serviços de

realização programada, considerando as estimativas da durabilidade esperada dos sistemas, elementos ou componentes das estruturas civis;

b) **MANUTENÇÃO CORRETIVA:** Série de procedimentos com o objetivo de restaurar as condições iniciais e ideais de operação das estruturas civis das edificações, eliminando as fontes de falhas que possam existir. Tal manutenção poderá ocorrer devido a um dano inesperado e não planejado ou devido ao relato de problema identificado;

c) **MANUTENÇÃO PREDITIVA:** Técnica de manutenção com base no estado das estruturas civis. A manutenção preditiva acompanha periodicamente os sistemas, elementos ou componentes das estruturas, baseando-se na análise de dados coletados por meio de monitoramentos ou inspeções em campo. A manutenção preditiva tem como principal objetivo a verificação pontual das estruturas a fim de antecipar eventuais problemas que possam causar gastos maiores com manutenções corretivas; e

d) **SERVIÇOS EVENTUAIS SOB DEMANDA:** Serviços necessários ao atendimento de necessidades pontuais emanadas pela Administração, não previstas nos planos de manutenção preventiva e corretiva de natureza continuada, em forma de intervenções de pequena monta nas edificações, que não se caracterizem como reforma ou construção, e sem que se configure incremento de valor ao imóvel por aumento de área ou alteração das funcionalidades dos sistemas, elementos ou componentes das estruturas civis. Inclui também serviços de locomoção e transportes dos operários.

6.5 Sobre os Serviços Eventuais, destaca-se que:

a) a parcela denominada de Serviços Eventuais Sob Demanda incluída no presente estudo, propõe dar atendimento a necessidades pontuais emanadas pela Administração, não previstas nos planos de manutenção preventiva e corretiva de natureza continuada, em forma de intervenções de pequena monta em mobiliários e em edificações, que não se caracterizem como reforma ou construção, e sem que se configure incremento de valor ao imóvel, por aumento de área ou alteração das funcionalidades dos sistemas;

b) os Serviços Eventuais Sob Demanda serão executados somente a critério da Administração, mediante solicitação formal por meio de OS (Ordem de Serviço), com autorização prévia da fiscalização e gestão do contrato;

c) os Serviços Eventuais preferencialmente (com autorização da fiscalização e gestão do contrato) poderão, em caso de não subcontratação, ser realizados pela mão de obra dedicada às atividades de manutenção predial, desde que sua utilização não comprometa o atendimento prioritário das demandas de manutenção preventivas e corretivas, cabendo obrigatoriamente, nesta hipótese, na composição dos serviços eventuais a não supressão dos respectivos custos de mão-de-obra;

d) serão incluídos nestes serviços eventuais sob demanda, os custos associados à disponibilidade de veículo que trata de locomoção e transportes dos operários exclusivamente em serviço, sendo calculados estes na forma descrita no item que trata de "quilometro rodado" - subitem 12.4 e subsequentes, conexos e correlatos, discriminados no Instrumento denominado de "Especificações Técnicas";

d.1) deve-se ser avaliado pela Gestão do Contrato se a disponibilidade de veículo ora proposta trará benefícios, em específico, quanto à vantajosidade econômica, a fim de garantir a transparência no uso dos recursos públicos;

d.2) Os custos com seguro, manutenção, conservação, substituição ou qualquer outro que porventura ocorrer, serão de inteira responsabilidade da Contratada, sem ônus adicional para a Contratante.

e) entende-se que o somatório dos valores dos Serviços Eventuais Sob Demanda realizados no mês é variável e poderá oscilar tanto para cima quanto para baixo do aludido valor mensal, desde que respeitado o valor global do subitem que a Administração se dispõe a remunerar a CONTRATADA;

f) os Serviços Eventuais Sob Demanda incluem parcela de serviços de locomoção e transporte dos operários.

g) para fins de orçamento e pagamento dos Serviços Eventuais Sob Demanda, serão utilizados como referência, na ordem adiante indicada as tabelas dos:

- SINAPI;
- SICRO e SICRO NOVO;
- ORSE;
- AGETOP CIVIL;
- EMOP;
- SEINFRA;
- SETOP; e
- IOPES.

- g.1) em caso de similaridade do item com a descrição na tabela SINAPI, desde que o item a ser adquirido possua qualidade superior ou igual ao descrito, este poderá ser aceito pelo valor das tabelas supramencionadas; e
- g.2) em caso de não enquadramento do item no subitem anterior, este deverá ser adquirido com base nos critérios estabelecidos no §1º do Art. 23 da Lei 14.133, assim resumidos: Banco de preços (PNCP); Contratações similares; Dados de pesquisas publicadas em mídia especializada; e menor preço de três cotações.
- h) os serviços eventuais sob demanda não deverão em hipótese alguma dar margem à execução de reformas, desvirtuando o objeto do contrato, tampouco deverão servir a construção de novas áreas, configurando expansão das unidades;
- i) o percentual máximo de Serviços Eventuais Sob Demanda será de 10% (dez por cento) aplicado sobre o valor do Item 1, do Grupo 1 - Único, da Tabela do subitem 8.2, e não será aquele valor objeto de disputa do referido certame licitatório.

6.6. Insumos e EPI's

- a) Os insumos e EPI's básicos estão relacionados nas Planilhas de EPIs e Planilha de Insumos Diversos, em tabela não taxativa.
- b) Tais itens são ilustrativos, qualitativa e quantitativamente; objetivam nortear a proposta da Licitante, tendo seus valores estimativos incorporados na planilha de custos e formação de preços, somente para os cargos de caráter técnico;
- c) As Planilhas de Referência visam à elaboração do orçamento global anual para tais itens, independentemente do consumo mensal superior ou inferior ao proposto e serão ressarcidos no valor estimado mensalmente;
- d) A Contratada não poderá alegar impossibilidade na execução do objeto por falta de qualquer insumo, EPI ou ferramenta de trabalho; deverá providenciar os itens necessários e adequados a cada tarefa, mesmo que não constantes na Planilha de Referência.

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

7.1 A quantidade estimada de profissionais para cumprimento das rotinas básicas de manutenção preventiva e corretiva para atendimento da solução, considerando o histórico dos atendimentos dos contratos anteriores de manutenção predial e o tempo de atendimento a ser empregado conforme relacionado a seguir:

PROFISSIONAIS	QTD
Almoxarife	2
Auxiliar Administrativo	2
Bombeiro Hidráulico diurno	8
Bombeiro Hidráulico 12 x 36 diurno	2
Bombeiro Hidráulico 12 x 36 noturno	2
Carpinteiro	2
Engenheiro	3

Lustrador	2
Marceneiro	18
Meio-Oficial	40
Oficial	14
Pedreiro	9
Pintor	10
Serralheiro	8
Supervisor	11
Técnico Industrial	2
Vidraceiro	2
TOTAL	137

7.2 O detalhamento de mão de obra poderá ser alterado de comum acordo entre as partes, conforme a demanda desde que mantenha o quantitativo total estabelecido no subitem anterior para a categoria associada.

PROFISSIONAIS	QTD
Almoxarife	2
Auxiliar Administrativo	2
Bombeiro hidráulico	8
Bombeiro hidráulico (12 x 36) - diurno	4
Bombeiro hidráulico (12 x 36) - noturno	4
Carpinteiro	2
Chaveiro	1
Engenheiro	3

Gesseiro Forrador	6
Lustrador	2
Marceneiro	18
Meio Oficial	40
Motorista	4
Oficial	3
Pedreiro	9
Pintor	10
Serralheiro	8
Supervisor	11
Técnico em Edificações	2
Vidraceiro	2
TOTAL	141

7.3 Tais quantidades acima, teve-se como parâmetro comparativo as quantidades estabelecidas em contrato anterior, conforme quadro a seguir:

Postos de Manutenção Civil			
Profissionais / Categorias (Classificação Brasileira de Ocupação – CBO)	Nº Postos no Contrato atual	Nº de Postos Propostos	Justificativa
Almoxarife	0	2	Criação de almoxarife para manutenção do almoxarifado mínimo da empresa na PR
Auxiliar Administrativo	0	2	Criação de cargo administrativo para a gestão de Ordens de Serviço na PR

Ajudante	41	0	Padronização de ajudantes em categoria única. Redução do número total de cargos
Meio-oficial	7	40	
Bombeiro hidráulico	8	8	Redução de postos no horário comercial e aumento do revezamento, para atendimento melhor às residências Oficiais.
Bombeiro hidráulico (12 X 36) - diurno	2	2	Manteve
Bombeiro hidráulico (12 X 36) - noturno	2	2	Manteve
Chaveiro	1	1	Manteve
Carpinteiro	2	2	Manteve
Engenheiro civil	3	3	Manteve
Gesseiro forrador	0	6	Substituição de Pintor por Gesseiro para melhor atendimento às demandas.
Pintor	16	10	Redução para inclusão de Gesseiro forrador.
Lustrador	2	2	Manteve
Marceneiro	14	18	Remanejamento de posto de 'Restaurador Mobiliário (aumento)
Motorista	0	4	Necessidade de motoristas fixos no contrato por questões de segurança, melhoria e agilidade nos atendimentos.
Pedreiro	9	9	Manteve
Restaurador de Mobiliário	4	0	Atividade realizada por Marceneiro
Serralheiro	8	8	Manteve
Supervisor de construções e manutenção	7	11	Aumento de capacidade de gestão da contratada
Tapeceiro	3	0	

Oficial	0	3	Categoria Profissional específica substituída por Oficial (nome da categoria de trabalho correspondente no acordo coletivo), categoria genérica, para melhor atendimento às demandas.
Técnico em edificações	2	2	Manteve
Vidraceiro	2	2	Manteve
TOTAL	133	137	

8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 14.156.194,34

8.1 As estimativas de preços constam das respectivas planilhas de custos e formação de preços, de acordo com o quantitativo levantado para cada categoria profissional, considerando a respectiva Convenção Coletiva da Categoria devidamente atualizada.

8.2 Para estimativa de materiais e serviços, inclusive serviços eventuais sob demanda, são considerados os quantitativos históricos com valores devidamente atualizados pela tabela SINAPI, no que coube, considerando que a grande maioria está enquadrada nessa tabela de referência.

QUANTIDADES DE POSTOS						137	
QUANTIDADES DE EMPREGADOS						141	
GRUPO	ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UND	QTD	PREÇO ESTIMADO	
						MENSAL	ANUAL
1	1	Serviços de Manutenção Civil com Mão de Obra Exclusiva	1627	un.	01	R\$ 941.388,64	R\$ 11.296.663,68
	2	Serviços Eventuais Sob Demanda				R\$ 94.138,86	R\$ 1.129.666,37
	3	Materiais com BDI (14,02%)				R\$ 144.155,36	R\$ 1.729.864,29
VALOR GLOBAL DA PROPOSTA (MÃO DE OBRA + MATERIAIS/PEÇAS /EQUIPAMENTOS + SERVIÇOS EVENTUAIS SOB DEMANDA)						R\$ 1.179.682,86	R\$ 14.156.194,34

8.3 Somente serão aceitas, nos termos do edital, propostas que adotem, na planilha de custos e formação de preços, valor igual ou superior ao orçado pela administração, que corresponderá à soma do salário e do auxílio-alimentação.

8.4 Nos reajustes, o salário-base adotado deverá ser corrigido proporcionalmente ao percentual de aumento estabelecido na nova convenção coletiva.

8.5 A relação entre salário-base técnico/encarregado(supervisor) não poderá ser menor que o estabelecido inicialmente.

8.6 As garantias trabalhistas deverão observar o Decreto nº 12.174, de 11 de setembro de 2024 e a Instrução Normativa SEGES /MGI nº 81, de 12 de setembro de 2024, em especial:

- Compensação de jornada;
- Recessos ou outra causa de diminuição excepcional e temporária da demanda de trabalho;
- Jornada semanal de trabalho (a critério da SEGES/MGI);
- serviços contínuos com dedicação exclusiva de mão de obra, aceitos nos termos do edital, as propostas que adotem, na planilha de custos e formação de preços, valor igual ou superior ao orçado pela administração, que corresponderá à soma do salário e do auxílio-alimentação;
- Nos reajustes, o salário-base adotado deverá ser corrigido proporcionalmente ao percentual de aumento estabelecido na nova convenção coletiva;
- A relação entre salário-base técnico/encarregado(supervisor) não poderá ser menor que o estabelecido inicialmente; e
- Seguro de vida para seus colaboradores.
 - Seguro de vida: foi considerado o valor de R\$ 5,14, praticado nos demais contratos da PR, de acordo com a seguinte tabela:

Contrato	Valor R\$
23/2020	13,50
18/2021	0,00
32/2021	2,30
30/2023	7,61
06/2022	2,30
Média	5,14

- Auxílio Creche:
 - A CONTRATADA deverá pagar a importância equivalente a R\$ 367,00 (trezentos e sessenta e sete reais), mensalmente, para cada filho até seis anos. Entretanto, para o cálculo da rubrica "CRECHE", foi considerado o percentual de 2% de probabilidade dessa condição (=R\$367,00 *2%) para os cargos que tiver previsão deste benefício.

Fator de Economicidade - Fator K

8.7 Quanto ao Fator K do Auxiliar Administrativo, o Acórdão TCU nº 289/2018 - Plenário e a Nota Técnica Ciset nº2/2018 /CGAC/Ciset/SG-PR orientam a utilização do fator "K" de até 2,7, que corresponde à razão entre o custo total de um trabalhador e o valor pago ao mesmo trabalhador a título de remuneração. Entretanto, é importante observar que o objetivo do Fator K é para evitar licitações com resultados superfaturados, indicando quantos reais são pagos pela Administração à contratada para cada real pago ao trabalhador. No caso concreto, percebe-se que a média atingida é satisfatória, considerando que o Fator K do Auxiliar Administrativo fica acima do limite em razão de seus menores salários. Contudo, os Fatores K de todas as demais categorias resultaram em indicadores menores que o de referência.

8.8 É relevante mencionar que a previsão de insumos diversos também influencia na majoração do Fator K, dado que o seu resultado é adicionado ao montante que representa o valor total por empregado na Planilha de Custos e Formação de Preços.

8.9 Cabe salientar que foi adotada a mesma estrutura e percentuais para todas as categorias, tendo como referência para a elaboração da Planilha de Custos e Formação de Preços índices baseados em legislação específica, orientações do TCU, IBGE e /ou CNJ e direitos trabalhistas previstos nas Convenções Coletivas de Trabalho das correspondentes categorias, considerando também as orientações da Nota Técnica nº 2/2018/CGAC/Ciset/SG-PR.

Convenções Coletivas de Referência

8.10 Para fins de elaboração da planilha de custos e formação de preços a contratada deverá observar os ditames das Convenções Coletivas de Trabalho vigentes, para as categorias de profissionais envolvidas na prestação dos serviços presentes no atendimento do objeto contratual.

CCT: SINDICATO DOS TRABALHADORES NA INDUSTRIA DA CONSTRUCAO E DO MOBILIARIO DE BRASILIA

CCT: SINDICATO DA INDUSTRIA DA CONSTRUCAO CIVIL DO DF

CCT: SINDICATO DAS EMPRESAS DE ASSEIO, CONSERVACAO, TRABALHOS TEMPORARIO E SERVICOS TERCEIRIZAVEIS DO DF

CCT: SINDICATO DOS TECNICOS INDUSTRIAIS DE NIVEL MEDIO

Custos Indiretos e Lucro

8.11 Custos Indiretos de 5%: o Máximo previsto no Acórdão TCU nº 1753/2008- Plenário, conforme previsto na Nota Técnica Ciset nº 2/2018/CGAC/Ciset/SG-PR.

8.12 O lucro máximo estabelecido pela Coordenação Geral de Operações de Engenharia, com base nos valores praticados para a contratação dos serviços de engenharia de manutenção, nos atuais contratos da Presidência da República é de 5,25 % (cinco virgula vinte e cinco por cento).

8.13 Os Serviços Eventuais Sob Demanda terá o percentual máximo de 10% (dez por cento), aplicado sobre o valor do Item 1, do Grupo 1 - Único, da Tabela do subitem 8.2, e não será aquele valor objeto de disputa do referido certame licitatório.

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

9.1 Considerando-se o disposto no art. 40, § 3º, inciso I, da Lei nº 14.133/2021 e ainda levando-se em conta a natureza similar dos itens do grupo ora demandados e sua alta interdependência, a adjudicação por item comprometeria a qualidade e efetividade dos resultados almejados pela Presidência da República. Portanto, não há possibilidade de parcelamento do objeto, e sim o agrupamento de itens em um único grupo, tendo como critério de julgamento o MAIOR DESCONTO DOS MATERIAIS e MENOR PREÇO DE MÃO DE OBRA.

9.2 Além disso, é de entendimento do Tribunal de Contas da União que não se revela benéfico o parcelamento da contratação de serviços terceirizados. Isso porque as empresas que atuam no mercado não são especializadas em tipo específico de serviço, sendo especializadas na administração de mão de obra em geral.

9.3 Assim, um eventual parcelamento não ampliaria a competitividade da licitação e potencialmente aumentaria o custo da contratação, uma vez que, se empresas diversas ganharem a prestação de diferentes serviços dessa natureza, o valor fixo por posto tende a ser maior (Acórdão nº 1214/2013-P).

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

10.1 Os serviços de engenharia possuem grande interdependência entre suas entregas, não havendo assim, possibilidade de fragmentação.

10.2 O fornecimento de materiais deve ser integrado ao respectivo serviço, sob riscos de atrasos na entrega, podendo gerar descontinuidade na execução.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

11.1 As contratações estão alinhadas à orientação da Secretaria de Administração de “atuar como facilitadora / provedora no atendimento às demandas técnicas e administrativas dos órgãos da PR, com qualidade, tempestividade, economia e suficiência” (Relatório de Gestão) e “fortalecer a gestão organizacional, de infra estrutura e de pessoas da PR, de forma sustentável ” - Mapa Estratégico - 2023, da Casa Civil da Presidência da República. (Acessado em 26 set. 2024. Disponível em: <<https://www.gov.br/planalto/pt-br/aceso-a-informacao/auditorias/prestacao-de-contas-1/prestacao-de-contas-2023/objetivos-metas-e-indicadores/objetivos-metas-e-indicadores>>)

11.2 As contratações tratam de serviços continuados devidamente incluídos no PCA atual (2024).

12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

Resultados pretendidos em termos de economicidade

12.1 As manutenções preventivas e corretivas permitem que as instalações de todas as edificações da Presidência da República permaneçam em bom estado de conservação e funcionamento, inclusive garantindo ambiente adequado para o servidor /colaborador desempenhar, satisfatoriamente, suas atribuições, melhorando sua capacidade produtiva.

12.1.1 Além do aumento produtividade, ocorre ainda o aumento da segurança das instalações, com vistas à preservação da saúde e bem-estar do servidor e dos colaboradores que ocupam as dependências da Presidência.

12.1.2 A operacionalização das rotinas de manutenção preventiva contribuirá, por exemplo: para que a identificação e substituição de equipamentos com baixa eficiência energética, gerando economia aos cofres públicos; e reduzirá ainda, o tempo de interrupção de funcionamento desses equipamentos, evitando a paralisação de demais serviços e aumentando o tempo médio produtivo do servidor.

12.1.3 Nas manutenções corretivas, a celeridade na prestação dos serviços reduz o tempo de paralisação das atividades dos servidores.

12.2 Diante da execução do objeto contratual, buscar-se-á, de modo tempestivo e com segurança e qualidade, atender às demandas da Presidência da República relacionada aos serviços operações e manutenções, preventivas e corretivas, de sistemas e subsistemas e de instalações das edificações do Complexo da Presidência da República - PR, incluindo seus imóveis funcionais e residências oficiais, no Distrito Federal.

12.3 Alcançar-se-á ainda, a constante melhoria dos indicadores de desempenho dos equipamentos instalados na PR, aumentando seu tempo de disponibilidade e sua vida útil, reduzindo seus custos associados, na medida do praticável, mormente, por intermédio da segurança de contratações com dedicação exclusiva de mão de obra e fornecimento de materiais / insumos, equipamentos, ferramentas necessários à realização dos serviços, inclusive com zelo dos direitos trabalhistas associados, mitigando os riscos de descumprimento dos preceitos legais.

12.4 Ademais, o Instrumento de Medição de Resultado - IMR irá definir, quando cabível, de acordo com cada serviço, a produtividade de referência, ou seja, aquela considerada aceitável para a execução do serviço, sendo expressa pelo quantitativo físico do serviço na unidade de medida adotada, na conformidade da IN SEGES/MP nº 05, de 2017, que estabelece em seu Anexo V, item 2.6, alínea “d” a forma de aferição/medição do serviço para efeito de pagamento com base no resultado.

13. Providências a serem Adotadas

Adequação do ambiente do órgão

13.1 Considerando a atual estrutura da Coordenação-Geral de Operações de Engenharia - COENGE, não haverá necessidade de adequações significativas no ambiente de trabalho, para que ocorra imediatamente o início da execução dos serviços, após a assinatura do contrato, priorizando-se, no entanto, o aproveitamento dos colaboradores do contrato atual na nova contratação.

13.2 Os servidores da Coordenação-Geral de Engenharia (COENGE) já possuem capacitação suficiente para a condução dos trabalhos de acompanhamento / fiscalização, monitoramento, avaliação e controle dos serviços a serem prestados por empresa vencedora de certame licitatório, que poderá ser comprovada pelos diversos contratos vigentes e similares, sob suas responsabilidades.

13.3 O novo processo licitatório para implantação dos serviços deverá ocorrer, preferencialmente, até início de dezembro próximo (2024), haja vista o fim da vigência do contrato atual em 30.11.2024

14. Possíveis Impactos Ambientais

14.1 Os possíveis impactos ambientais estão relacionados, em especial, aos descartes de entulhos e restos de materiais, face as intervenções nos sistemas e subsistemas das edificações, bem como a outros resíduos gerados no decorrer da execução dos contratos. Assim, a Contratada deverá elaborar estratégias sustentáveis seguindo os manuais e recomendações do Conselho Brasileiro de Construção Sustentável - CBS, bem como a legislação específica vigente, em especial a Lei nº 12.305, de 2010, que trata da Política Nacional de Resíduos Sólidos, a IN nº 1 – SLTI/MPOG, de 2010, que estabelece critérios de sustentabilidade ambiental na contratação de obras pela administração pública federal, e ao Decreto nº 7.746, de 2012.

14.2 Ainda sobre a Gestão dos Resíduos Sólidos, conforme estabelece a Resolução do CONAMA nº 307, de 5 de julho de 2002, bem como os artigos 46, 49 e 60 e demais dispositivos da Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, estas legislações deverão ser observadas pela Contratada.

14.3 Deverão ser utilizados materiais e tecnologias de baixo impacto ambiental, que promovam a conservação e o uso racional da água, a eficiência energética e a especificação de produtos com certificação ambiental, sempre que possível, e que seus custos sejam compatíveis com o praticado no mercado, a fim de mitigar, controlar e ou até mesmo extinguir possíveis impactos ambientais e de sustentabilidade.

14.4 Os materiais inflamáveis só poderão ser depositados em áreas autorizadas pela Contratante, devendo a Contratada providenciar para estas áreas, se for o caso, os dispositivos de proteção contra incêndios determinados pelos órgãos competentes.

14.5 Nenhum dos materiais, equipamentos e aparelhos fornecidos e ou utilizados pela Contratada poderá conter substâncias perigosas como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenil polibromados (PBBs), éteres difenilpolibromados (PBDEs), em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances). A comprovação do disposto neste item poderá ser feita mediante apresentação de certificação emitida por instituição pública oficial ou instituição credenciada, ou por qualquer outro meio de prova que ateste que o bem fornecido e ou utilizado cumpre com essa exigência.

14.6 O Plano de Gestão de Resíduos Sólidos - PGRS, a ser elaborado com base na Resolução CONAMA nº 307 e levado em conta todas as peculiaridades das edificações da PR, objeto da contratação, deverá ser apresentado pela Contratada em até 15 (quinze) dias úteis após o efetivo início dos serviços, devendo este instrumento ser submetido à aprovação da Contratante.

14.7 O PGRS a ser elaborado, deverá conter, no mínimo:

14.7.1 Caracterização e quantificação dos resíduos sólidos - Classificar os tipos de resíduos sólidos produzidos pelo empreendimento, adotando a classificação das Resoluções CONAMA 307/02 e 348/04, inclusive os resíduos de característica doméstica. Estimar a geração média de resíduos sólidos de acordo com o cronograma de execução do contrato (em kg ou m³).

14.7.2 Minimização dos resíduos, onde deverá ser descrito os procedimentos que serão adotados para minimização da geração dos resíduos sólidos, por classe.

14.7.3 Triagem/segregação dos resíduos, onde será priorizada a descrição da segregação na origem, neste caso, descrevendo-se os procedimentos a serem adotados para segregação dos resíduos sólidos por classe e tipo e em caso a edificação não possua espaço para segregação dos resíduos, esta poderá ocorrer em Áreas de Triagem e Transbordo – ATT, devidamente licenciadas, com identificação da área e do responsável técnico.

14.7.4 Acondicionamento/armazenamento onde se escreverá os procedimentos a serem adotados para acondicionamento dos resíduos sólidos, por classe/tipo, de forma a garantir a integridade dos materiais, identificando, na planta da edificação, os locais destinados à armazenagem de cada tipo de resíduo, bem como informando o sistema de armazenamento dos resíduos, identificando as características construtivas dos equipamentos/abrigos (dimensões, capacidade volumétrica, material construtivo etc.).

14.7.5 Transporte interno deverá ser descrito para os transportes interno, vertical e horizontal dos RCC;

14.7.6 Reutilização e reciclagem descreverá os procedimentos que serão adotados para reutilização e reciclagem dos RCC.

14.7.7 Transporte externo não poderá ser realizado sem o Controle de Transporte de Resíduos CTR. Este documento contém a identificação do gerador, do (s) responsável (is) pela execução da coleta e do transporte dos resíduos gerados no contrato, bem como da unidade de destinação final. Identificar a empresa licenciada para a realização do transporte dos RCC, os tipos de veículos e equipamentos a serem utilizados, bem como os horários de coleta, frequência e itinerário.

14.7.8 Transbordo de Resíduos deverá ter sua localização - endereço completo (croquis de localização).

14.7.9 Destinação dos resíduos deverá ter descrito os procedimentos que deverão ser adotados com relação à destinação dos RCC por classe de acordo com a Resolução CONAMA; e apresentar carta de viabilidade de recebimento/destinação de empresa licenciada para destinação ou de Área de Triagem e Transbordo – ATT da classe/ tipo de resíduo.

15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

15.1. Justificativa da Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara viável esta contratação com base no presente Estudo Técnico Preliminar, consoante o inciso XIII do art. 7º da IN - SEGES/ME n.º 40, de 22 de maio de 2020.

16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

ROSEMEIRY DE QUEIROZ CHAVES

Membro da Equipe de Planejamento da Contratação



Assinou eletronicamente em 06/12/2024 às 12:53:15.

DOUGLAS MOREIRA MERECHIA

Membro da Equipe de Planejamento da Contratação



Assinou eletronicamente em 06/12/2024 às 11:48:48.

JOSE WELLINGTON DOS SANTOS

Membro da Equipe de Planejamento da Contratação



Assinou eletronicamente em 06/12/2024 às 11:39:44.

FABRICIO DA SILVA GAMA

Membro da Equipe de Planejamento da Contratação